



D

iante da incapacidade teórica de acrescentar algo de útil a um dossiê como este, restrinjo-me a algumas historinhas que colecionei ao longo desses vinte anos ou mais e algumas perguntas que continuam presentes. Começando do início, bem antes de 1985 e de um ponto de vista absolutamente pessoal.

Perto de completar 12 anos, em 1964, democracia e ditadura pouco me interessavam. O que lia e relia era *Os Discos Voadores*, catatau produzido pelo comandante Auriphebo Berrance Simões, que trocara o manche pela máquina de escrever

# Ventos e remos

PAULO MARKUN

**PAULO MARKUN**

é jornalista, apresentador do programa Roda Viva, da TV Cultura, e autor de, entre outros, *Anita Garibaldi, uma Heroína Brasileira* (Senac).

depois de ter avistado um objeto voador com aproximadamente 300 metros de comprimento, ladeado por três engenhocas menores. Os óvnis do comandante Auriphebo me pareciam mais reais e fascinantes que Brizola, Arraes, Jango e Lacerda somados.

Quando garoto, minha aproximação com a política se resumira à vassourinha dourada que ganhei do meu pai, eleitor de Jânio Quadros. Embora o pessoal do meu colégio tenha tentado barrar o golpe militar com rolos de arame farpado, não tenho lembrança daquele 1º de abril de 1964.

Foi, portanto, muito mais tarde, que desenvolvi a dúvida: até que ponto o golpe militar foi resultado do desprezo com que direita e esquerda trataram a via democrática como caminho para resolver conflitos e definir o rumo para o país? Os discursos feitos na segunda metade de 1963 e no início de 1964 por políticos das diversas tendências e que reuni para um até hoje não realizado documentário sobre o golpe visto a partir da Câmara mostram que, de um lado e de outro, havia gente que considerava o Congresso simplesmente inútil. Enquanto a turma do Brizola sonhava com as reformas de base “na lei ou na marra”, agindo como se a marra fosse mais simples que a lei, Lacerda reescrevia o que publicara em 1950, agora contra o afilhado político de sua obsessão:

“O sr. Getúlio Vargas não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”.

Quando acordei para a política, Brizola já torpedeara o projeto de Frente Ampla idealizado por Lacerda e já adotado por Jango e JK. O objetivo da Frente que acabou proibida era justamente a redemocratização. Meu despertar juvenil não guardava relação alguma com essas figurinhas carimbadas da cena brasileira. Era resultado da abnegada e discreta pregação de alguns professores do Instituto de Educação Professor Alberto Conte, o colégio estadual onde fiz primário, ginásio e clássico. Ali me tornei colega de Rosa Artigas. Na casa dela, sempre aberta para os estudantes, o arquiteto Villanova Artigas e a artista plástica Virgínia eram o centro de atração de um grupo de jovens que sonhava mudar o mundo.

Pouco depois, o terremoto de 1968 nos levou, como parte de uma geração, a enfrentar infundáveis conversas noite adentro, assembléias, passeatas e as primeiras ações políticas.

A bordo de um bandeiroso jipe laranja, rodamos a zona sul de São Paulo pichando

todos os muros. O *slogan* nos parecia suficientemente radical: *Vote nulo, Vote na UNE*. Era o tempo ambíguo do governo Abreu Sodré, pré-AI-5, e nós cutucávamos com a vara curta de um refrão a Tropa de Choque que acompanhava as passeatas: “Repressão disfarçada é a arma de Sodré”.

A moçada que queria repressão escancarada a recebeu. Vários colegas de reuniões e passeatas mergulharam na aventura da luta armada e alguns morreram sob tortura. Outros trocaram a escola pelo caminho apontado pelo guia genial do povo chinês e suas metáforas.

Perto de prestar o exame final que me levaria ao terceiro clássico, um companheiro da APM – sigla que batizava o estranho casamento entre as teses da católica Ação Popular com o maoísmo brasileiro – me ofereceu uma dura escolha: para entrar na organização eu teria de vestir o macacão de operário ou encarar a enxada. Havia uma terceira via, que seria repetir de ano e tornar-me secundarista profissional. Embora tivesse feito vista grossa para as reuniões preparatórias do congresso da proscria União Brasileira de Estudantes Secundaristas, realizadas no canteiro de obras de sua própria casa, meu pai suava a camisa como bancário para educar os filhos e jamais aceitaria a possibilidade. Troquei a militância pelo vestibular.

A saga dos que fizeram opção mais temerária está contada. Mas em que pese a coragem daquela escolha, mantenho a dúvida sobre sua eficácia. A maior parte das correntes de esquerda que buscavam jovens militantes nas assembléias e passeatas pretendia mesmo era fazer a revolução. Eleições, liberdade de organização partidária, imprensa livre eram encaradas como faces da democracia burguesa, que interessava reclamar em público e descartar na primeira curva do caminho.

A busca de melhores condições de ensino e pesquisa era apenas um trampolim para conscientizar a massa e levá-la à luta geral contra o imperialismo ianque e pela ditadura do proletariado, porta de entrada do paraíso na terra.



Do outro lado do balcão, basta ouvir a íntegra da reunião que sacramentou o AI-5 para ter uma idéia do destino que teria a democracia naquele regime. O presidente, marechal Costa e Silva, ofereceu a alternativa: “Ou a revolução continua, ou a revolução se desagrega”.

O vice Pedro Aleixo acenou com o estado de sítio, mas reconheceu que era possível admitir a necessidade de uma revolução, contida num ato institucional. O ministro da Marinha, almirante Augusto Rademaker, pediu repressão pura e simples. Seu colega do Exército admitiu que estavam perdendo o controle sobre o país. Delfim Netto, da Fazenda, deu seu aval e pediu mais – mudanças constitucionais para acelerar o desenvolvimento. E o ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, resumiu assim a situação: “À vossa excelência, presidente, eu me recuso a enveredar pelo caminho da ditadura, mas, se eu não tenho alternativa, às favas o meu escrúpulo de consciência”.

Ou seja, a redemocratização, que de um lado não passava de bandeira temporária, virou tabu do outro. Mas na parte que me cabe neste latifúndio, na eleição de 1970 nem tinha título de eleitor, acabei trocando a UNE e o voto nulo pela participação na modesta e espinhosa campanha da dupla José Chasin e Alberto Goldman. Os dois eram candidatos pelo MDB. O professor Chasin concorria à Câmara Federal. Engenheiro e empresário, Goldman disputava a Assembléia Legislativa. Ambos tiveram suas candidaturas patrocinadas pelo clandestino Partido Comunista Brasileiro. Participei de reuniões com os dois candidatos, fiz boca de urna como tantos outros colegas e acabei entrando para o Partidão. Naquela eleição, todas as organizações de esquerda, fora o PCB, pregavam o voto nulo que, somado aos brancos, alcançou 30% do total para a Câmara Federal, contra 21% dados ao MDB.

Perdi o contato com Chasin, que não se elegeu, mas a Internet permitiu relembrar sua biografia e destacar uma frase do professor, que morreu em 1998:







“É sempre uma lástima, humanamente penosa, perder oportunidades históricas. Mas, do que tem sido feita a crônica da esquerda no Brasil? Ou é mais justo perguntar no mundo? Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana”.

Na universidade, a turminha do Partidão enfrentava o desbunde geral, as corridas de tartaruga, o barato total e o nariz torcido dos que viam em tudo um reformismo inútil e sempre. Sem falar na desconfiança e na repressão dos que viam em cada gesto uma ameaça ao regime. Foi nesse fio de navalha que se organizou a comemoração dos 50 anos da Semana de Arte Moderna, uma coordenação dos diretórios acadêmicos, o jornal mural *A Ponte*, a eleição de um representante dos alunos no Conselho Universitário e tantas outras reforminhas e reformatas que, imaginávamos, iam abrindo espaço para a tal redemocratização, inicialmente restrita ao pessoal do MDB, cuja persistência ainda carece ser resgatada. No debate interno, o que agitava o Partidão era o debate em torno das teses de Gramsci, entre elas a que estabelecia o caráter universal da democracia enquanto valor.

Cheguei a disputar a presidência do centro acadêmico da Escola de Comunicações e Artes em 1974, e minha chapa, que somava alguns integrantes do Partidão com animados independentes, foi fragorosamente derrotada por uma frente ampla de esquerda, capitaneada pela nascente corrente trotskista Liberdade e Luta. Nosso *slogan* radicalizava: “Não somos um bando de heróis”.

Houve festa na USP para comemorar o massacre dos reformistas.

No primeiro ano da faculdade, comecei a trabalhar como jornalista, cobrindo a área de cidades, já que o noticiário político era escasso e restrito a Brasília. No início de 1975, fui procurado na redação da *Folha de S. Paulo* por Vladimir Herzog, que trocara a editoria de cultura da revista *Visão* pela sucursal do jornal *Opinião* e recrutava

colaboradores. Acabei assumindo o posto de Vlado semanas mais tarde e travei contato direto com a censura. Em julho, Vlado me convidou para ser chefe de reportagem da TV Cultura, onde ele assumiria o cargo de diretor de jornalismo.

Quando essa aventura começou, éramos a bola da vez, como todos os militantes do Partidão, que insistia no reformismo.

A mudança empreendida na direção de jornalismo da TV Cultura, iniciada pelo secretário da Cultura José Mindlin e avalizada pelo governador Paulo Egydio Martins, depois de consulta formal ao SNI, que não tinha qualquer registro contra Vladimir Herzog, foi apresentada como um perigoso avanço comunista por parlamentares e jornalistas que tinham conexão direta com os porões da repressão. O processo acontecia em dois campos: um a um, eram presos e torturados os dirigentes do Partido. Ao mesmo tempo, multiplicavam-se as denúncias públicas sobre a comunização da emissora, a cargo de parlamentares que representavam a sombra e jornalistas bem pagos.

Na sexta-feira, 17 de outubro de 1975, fui preso pelos agentes do Doi-Codi. Saíra mais cedo do trabalho e não fiquei sabendo o que ocorrera no encontro agendado por Vlado com o chefe do SNI em São Paulo, em que meu amigo pretendia apresentar seu projeto de jornalismo, mostrando que nada tinha de subversivo. Uma semana mais tarde, o Doi-Codi bateu à porta da TV Cultura. Vlado conseguiu o direito de colocar o telejornal no ar, dormir em casa e apresentar-se na manhã seguinte. Horas mais tarde, naquele mesmo sábado, 25 de outubro, seu corpo estava no Instituto Médico Legal e as redações recebiam fotos exibindo seu corpo pendurado num cinto do macacão verde do Exército, as pernas dobradas, na mais improvável condição de suicídio, que o governo tentou impingir a todo custo.

Era o inusitado dismantelandando a operação Jacarta, destinada a pulverizar o PCB e, por tabela, atingir os generais Geisel e Golbery e a propalada distensão lenta, segura e gradual que nos colocou como bucha desse canhão.

A história é conhecida e representa o momento em que a sociedade civil conseguiu colocar a cabeça para fora. Na USP, os mesmos grupos que meses antes haviam festejado a derrota dos reformistas agora nos transformavam em bandeira. Foi um pesadelo, que no meu caso chegou a dois extremos surreais – sair do Doi-Codi escoltado para batizar minha filha e dar choques elétricos num dos meus algozes que buscava provar que aquela maquininha era incapaz de causar a morte de qualquer pessoa.

Deixei o PCB para não mais voltar, nem mesmo quando ele se reorganizou e conquistou a legalidade, já dividido entre prestistas e não-prestistas. Do período mais duro, restou o trauma de meses sem dormir vigiando madrugada adentro o sujeito que passava a noite em vigília na porta de casa. Quase um ano sem emprego, sobrevivendo graças à solidariedade de gente de todas as correntes ideológicas. Traduzindo um dicionário de psicologia sob encomenda de Pedro Paulo Poppovic ou produzindo *releases* sobre Miguel Colasuonno para Dirceu Maciel Coutinho, até recorrer à proverbial, providencial e discreta acolhida de Ruy Mesquita no *Jornal da Tarde*.

E afinal, a redemocratização ganhou as manchetes. Vieram a campanha das diretas e os comícios de que participei na dupla condição de repórter e militante como tantos outros. Já como apresentador da Abril Vídeo, na véspera da votação da emenda Dante de Oliveira, com as emissoras de TV proibidas de cobrir o Congresso, gravei duas conversas telefônicas com Orestes Quécia, na época senador. Numa, ele falava sobre as perspectivas de a emenda ser aprovada e os arroubos do general Newton Cruz, chicoteando automóveis na Esplanada dos Ministérios. Noutra, comentava o tempo, as nuvens e a perspectiva de um dia seguinte luminoso, reproduzindo o esquema utilizado por Alberto Dines no *Jornal do Brasil* logo após o AI-5.

Colocamos no ar a conversa metafórica, mas, como o telefone estava grampeado,

a emissora foi punida – e o episódio acabou noticiado pela mídia impressa, numa demonstração das contradições do período final da ditadura. Meses depois, fui nomeado quase à revelia diretor do Dentel para a região Sudeste na onda de indicações daquele começo de Nova República – o que me faria mais poderoso que muito senador. Vetado pelo SNI e sem qualquer interesse pelo cargo, propus ao ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, uma solução meio mineira para o enrosco: ele me convidaria oficialmente, já informado de minha recusa. E assim foi.

Para o registro histórico, falta medir o peso do trabalho de formiguinha do pessoal do Partidão no início dos anos 70 e da reação à morte de Vlado no processo que culminaria com a posse de Sarney na presidência, a Constituinte de 88, a eleição e o *impeachment* de Collor, FHC e Lula.

O monumental trabalho de Elio Gaspari lançou luzes sobre os bastidores do poder no tempo dos generais, ainda que em relação ao movimento estudantil dos anos 70 e 80 a obra registre um encantamento exagerado diante da novidade oferecida pela Libelu.

E agora, quando a revisão desse período ganha nova e feérica versão produzida nos 40 anos da TV Globo, vale a pena mergulhar no passado ainda desconhecido. Quando os famosos arquivos da ditadura forem finalmente desvendados, será possível traçar um retrato mais fiel do que se passou nesse processo.

Aristóteles, que definiu a democracia como “a pior das formas boas, mas a melhor entre as variedades más”, comparava os regimes políticos com os ventos, suas constâncias e seus desvios. Nós, que navegamos ao sabor desses ventos, precisamos refazer a rota do barco chamado Brasil e conferir o quanto valeram nossas remadas. Poderemos então constatar quantos dos que hoje se proclamam remadores não fizeram mais que mudar de posição para manter o vento sempre em sua popa.